



fama
re.capital

investing for change

RELATÓRIO DE GESTÃO

FAMA LatAm Climate Turnaround
FIA IS

2º Trimestre - 2025





Sumário

1	Resumo executivo	3
2	Mensagem do CIO	4
3	Performance do Fundo	7
4	A importância do setor de saneamento na agenda climática	11
5	Nosso investimento na SABESP	13



Resumo executivo

No segundo trimestre de 2025, o Latam Climate Turnaround Fund (CTF) aprofundou sua estratégia de investimento climático setorial, ampliando sua atuação para além das emissões diretas da agropecuária e do uso da terra. A entrada no setor de saneamento, com o investimento na SABESP, marca uma nova etapa do fundo, voltada para setores tradicionalmente menos explorados, mas com alto potencial de descarbonização. O caso da SABESP ilustra como a universalização do saneamento pode ser um vetor estruturante de mitigação e adaptação climática, especialmente diante da escala de emissões associadas ao tratamento de esgoto e à destinação de resíduos orgânicos.

Além disso, os avanços nos engajamentos com empresas investidas demonstram a capacidade do fundo de influenciar agendas estratégicas e ambientais de grande impacto, promovendo práticas regenerativas, rastreabilidade de cadeias produtivas, economia circular e soluções tecnológicas de baixo carbono. Ao integrar perspectivas sociais, climáticas e econômicas, o CTF reforça seu papel como catalisador de uma transição justa e resiliente na economia brasileira.

Mensagem do CIO

Nos debates globais sobre mudanças climáticas, o destaque frequentemente conferido às florestas tropicais, devido à sua relevância como sumidouros de carbono, costuma deixar em segundo plano a **água**. Oceanos, rios, mananciais e manguezais desempenham papel vital na regulação climática global, com consequências profundas, diretas e indiretas, também para economias e mercados financeiros. No entanto, a relevância estratégica desse tema tem permanecido periférica nas discussões climáticas e, inclusive, na alocação de capital para investimentos sustentáveis.

Os oceanos representam o maior sumidouro natural de carbono do planeta, absorvendo cerca de 25% das emissões globais de CO₂¹ por meio de processos físicos, químicos e biológicos, incluindo a solubilidade do carbono atmosférico e a atividade fotossintética de fitoplânctons.

Além disso, os oceanos também têm impacto profundo sobre os padrões climáticos globais por meio da circulação termoalina, um sistema complexo que regula as temperaturas e padrões de chuva em diferentes regiões do planeta. Mudanças nessa circulação, impulsionadas pelas mudanças climáticas, como o aquecimento do planeta e derretimento das calotas polares, desencadeiam eventos extremos, como tempestades mais frequentes e intensas, secas prolongadas e fenômenos como o El Niño e La Niña, que têm efeitos econômicos diretos sobre agricultura, energia, seguros e infraestrutura urbana.

O papel da água doce — mananciais, rios e aquíferos — é igualmente estratégico. Esses sistemas também influenciam o ciclo hidrológico e o balanço de energia do planeta. A degradação de bacias hidrográficas leva à intensificação de eventos extremos, como enchentes e escassez hídrica, afetando diretamente a produção de alimentos, o fornecimento de energia elétrica (especialmente no caso do Brasil, altamente dependente de hidrelétricas) e a segurança hídrica urbana. Em outras palavras, a saúde dos rios e mananciais é um vetor de estabilidade macroeconômica.

A gestão sustentável desses sistemas reduz riscos operacionais e financeiros em setores altamente dependentes da água, como energia, mineração, indústria alimentícia,

¹ Os oceanos representam o maior sumidouro natural de carbono do planeta, absorvendo cerca de 25% das emissões globais de CO₂ por meio de processos físicos, químicos e biológicos, incluindo a solubilidade do carbono atmosférico e a atividade fotossintética de fitoplânctons.

saneamento e construção civil.

Ignorar esses riscos representa uma miopia estratégica para investidores e governos, que tenderão a lidar com crises emergenciais mais frequentes, dispendiosas e socialmente devastadoras.

No Brasil, a urgência dessa questão é ainda mais evidente. Com um litoral extenso, uma matriz elétrica baseada em rios e uma população urbana concentrada em áreas costeiras, o país é especialmente vulnerável às consequências das alterações climáticas associadas à água.



A proteção e recuperação de ecossistemas como manguezais e matas ciliares, e a gestão eficiente das bacias hidrográficas, mitigam riscos físicos, reduzem custos futuros e oferecem oportunidades concretas de investimento em adaptação e resiliência.

Em nosso *fundo de sociobioeconomia*, por exemplo, reconhecemos explicitamente oceanos e manguezais como biomas estratégicos para investimentos futuros, conscientes de que a proteção da água em todas as suas formas é elemento central de uma economia de baixo carbono. Embora ainda não tenhamos financiado projetos diretos nesses ecossistemas, estamos estrategicamente posicionados para explorar oportunidades que valorizem, ambiental e economicamente, esses ativos.

Adicionalmente, em nosso *fundo de transição climática* (Climate Turnaround Fund), investimos recentemente na SABESP, destacando o potencial da gestão hídrica como vetor de descarbonização e também, evidentemente, justiça social. A tese de investimento está vinculada à universalização dos serviços de saneamento, ao tratamento eficiente de resíduos orgânicos, à proteção de mananciais e à restauração de matas ciliares. Tais ações geram co-benefícios claros: reduzem emissões de metano e CO₂, aumentam a eficiência operacional da companhia e melhoram a resiliência climática das cidades.

Neste momento histórico, o Brasil tem a responsabilidade e a chance de liderar um novo paradigma na política climática global. *Ao sediar a COP30, pode demonstrar que o enfrentamento da crise climática exige colocar a água — doce e salgada — no centro das estratégias de mitigação, adaptação e investimento.*

Integrar rios, mananciais, manguezais e oceanos às finanças climáticas é uma correção científica e estratégica, além de uma alavanca para destravar capital em escala, mobilizar inovação e gerar valor econômico duradouro. O futuro deve ser verde, mas também azul.

O futuro deve ser verde, mas também azul.



Fabio Alperowitch, CFA
Fundador da fama re.capital

Performance do Fundo

No segundo trimestre de 2025, o LatAm Climate Turnaround FIA IS (“CTF”) rendeu 4,4% versus 6,6% do benchmark. Quanto ao desempenho das companhias investidas pelo fundo, *o segundo trimestre de 2025 foi marcado por sinais consistentes de recuperação operacional e resiliência diante de desafios setoriais e macroeconômicos.*

Marfrig se destacou com forte valorização impulsionada pela consolidação da fusão com a BRF, enquanto SLC manteve crescimento sólido apoiado em fundamentos agrícolas robustos. A SABESP avançou em sua agenda de privatização e apresentou resultados financeiros expressivos, refletindo ganhos de eficiência. Já o Banco do Brasil demonstrou estabilidade, mesmo frente à revisão de expectativas e maior cautela no crédito rural.

Ao longo do primeiro trimestre de 2025, a *SLC Agrícola apresentou resultados operacionais robustos*, com aumento de 38% de faturamento em relação ao trimestre anterior, mantendo a margem bruta em quase 40%. Destaca-se a *aquisição pela SLC da produtora agrícola Sierentz*, adicionando três fazendas arrendadas ao portfólio e cerca de 100 mil hectares de área plantada, um acréscimo de 13% em sua área de plantio.

Na sequência, a companhia anunciou também a aquisição de quase 48 mil hectares de terras que já operava de uma subsidiária da Mitsui, a Agrícola Xingu, nas Fazendas Paladino (BA) e Pamplona (MG). Com isso, a SLC se consolida como a *maior produtora agrícola do país em áreas sob gestão*, com cerca de 833 mil hectares de área plantada na safra 2025/2026. Essas áreas já começaram a ser refletidas no balanço da companhia desde o primeiro trimestre de 2025.

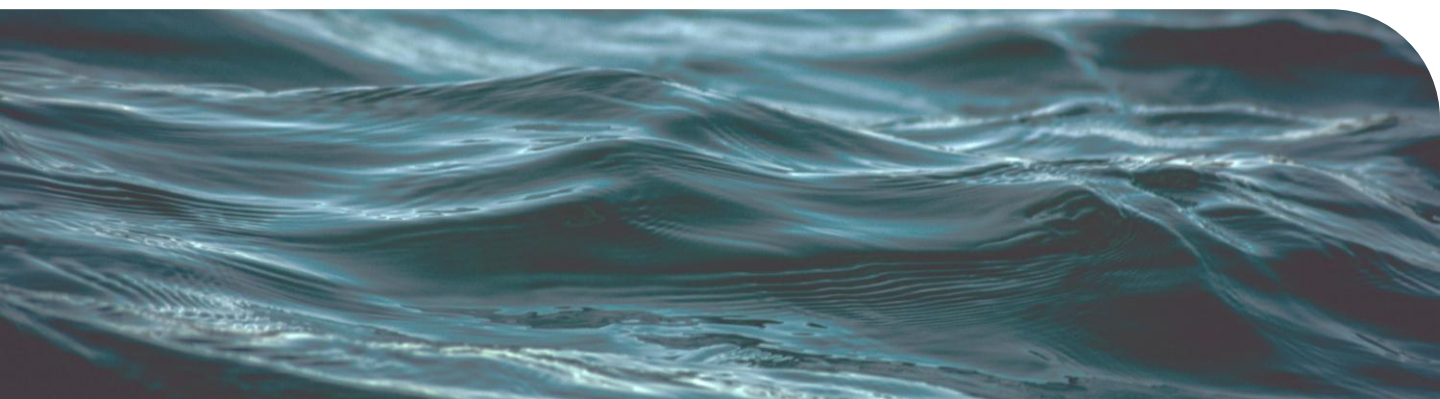
Em abril de 2025, a companhia lançou o “Carbono Xingu”, uma parceria estratégica entre SLC, Agro Penido e Agrorobótica. O programa será realizado inicialmente em uma área de 9 mil hectares da Fazenda Pioneira (MT), com a *implementação de práticas de agricultura regenerativa, mensuração do sequestro de carbono no solo e certificação de créditos de carbono* por meio da metodologia Verra VM0042. Para mensurar e registrar os níveis de carbono e fertilidade do solo, será utilizada a plataforma AGLIBS, desenvolvida pela Agrorobótica em parceria com a Embrapa Instrumentação. Tal tecnologia, baseada em

espectrometria a laser e inteligência artificial, é a mesma empregada pela NASA em Marte, com o robô Curiosity.

Em junho de 2025, o programa da SLC “Transformando resíduos em solos vivos” foi *destaque na premiação do Fórum Ambição 2030 do Pacto Global da ONU Rede Brasil na categoria Economia Circular*. A iniciativa consiste na compostagem de resíduos orgânicos da produção, que são transformados em biofertilizantes e aplicados nas lavouras próprias, eliminando a necessidade de envio de resíduos para aterros sanitários e promovendo ganhos operacionais e de produtividade. Segundo o Diretor de RH e Sustentabilidade da companhia Álvaro Dilli, a companhia saiu de uma reciclabilidade de 29% para 99,8%, já gerou 13 mil toneladas de biofertilizantes, utilizados nas áreas cultivadas da empresa. Até o momento, 11 unidades já adotam o modelo de zero aterro sanitário. A meta da SLC é que todas as unidades sejam convertidas para o programa até 2029.

No que diz respeito à transparência em informações de mudanças climáticas, o relato de 2024 da SLC perante a plataforma CDP recebeu nota B+, inferior ao resultado “A-” do ano anterior. O questionário do CDP neste quesito sofreu algumas modificações no último ano e passou a exigir informações adicionais e de maior complexidade. A boa notícia é que a companhia avançou na classificação para as categorias Segurança Hídrica e Florestas, atingindo o patamar “A-”.

Nosso engajamento com a companhia tem evoluído substancialmente, dividido em cinco grupos de trabalho de discussão. Dentre os temas tratados, as discussões têm focado em mensuração de resultados das práticas de agricultura regenerativa da companhia, revisão



das metas de carbono-neutralidade e política de desmatamento zero, e aprimoramento dos relatos e comunicação de sustentabilidade, bem como o posicionamento da companhia no contexto da 30ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU (COP 30), que acontece em novembro de 2025 em Belém do Pará.

A Marfrig também surpreendeu positivamente no trimestre, refletindo o forte desempenho da ação (+21%). A receita líquida e o EBITDA ajustado da companhia aumentaram 27% e 20.8% em comparação ao 1T24, respectivamente. A performance operacional foi impulsionada ainda mais pela desvalorização do câmbio.

No entanto, a reação positiva do mercado se deve principalmente ao anúncio de *aprovação da aquisição total da BRF pela companhia* (i.e., a Marfrig já era controladora da BRF, mas em 15/05/25 anunciou a proposta de troca de ações com o objetivo de incorporá-la integralmente).

A companhia publicou seu Relatório Integrado de 2024 trazendo informações mais robustas e atualizadas sobre seu compromisso de rastreabilidade e desmatamento zero. A Marfrig atingiu 100% de monitoramento e controle de seus fornecedores diretos e 88,8% dos fornecedores indiretos na Amazônia e 79,6% no Cerrado, *reforçando sua meta de alcançar 100% até o final de 2025.*

Nosso engajamento com a empresa tem avançado positivamente, em especial para o estudo sobre *mecanismos financeiros de inclusão e rastreabilidade de pequenos produtores*, em parceria com a iniciativa holandesa IDH – Sustainable Trade Initiative. Além disso, aprofundam-se discussões sobre contabilidade de capital natural e eventuais metodologias e oportunidades para a companhia. E por meio do engajamento coletivo via PRI Spring, estão sendo promovidos diálogos sobre a liderança da companhia em compromissos de biodiversidade e desmatamento zero e não-conversão de novas áreas.

E, por fim, o Banco do Brasil teve um trimestre adverso, comparado aos períodos anteriores, devido a fatores internos e externos. A alta da inadimplência no agronegócio, influenciada por condições climáticas adversas — *ponto central do nosso plano de transição*

climática — e as novas regras contábeis do Banco Central, que exigem maior provisionamento para perdas, foram os principais pontos de atenção.

O Banco divulgou um lucro líquido ajustado de R\$ 7,4 bilhões no primeiro trimestre de 2025, com um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 16,7%. Este resultado representa uma queda de 20,7% em comparação com o mesmo período de 2024, e ficou bem abaixo das expectativas do mercado.

No âmbito do engajamento, foram realizadas reuniões importantes para a retomada das conversas com o banco, com o objetivo de buscar alinhamentos sobre o Plano de Ação Climático proposto pelo Fundo. Já no contexto da iniciativa coletiva de investidores PRI Spring, tem se buscado informações adicionais da companhia para a apresentação de uma proposta de engajamento em particular nos temas relacionados aos compromissos de biodiversidade e desmatamento zero do banco, que por sua vez são também extremamente relevantes para a pauta climática do CTF.

A importância do setor de saneamento na agenda climática

O setor de saneamento é comumente associado às agendas de saúde pública e desenvolvimento urbano — e, portanto, a temas sociais. No entanto, sua relevância no enfrentamento da crise climática é cada vez mais evidente. Quando consideramos que a matéria orgânica descartada sem tratamento em corpos d'água continua emitindo gases de efeito estufa como o metano, torna-se intuitivo reconhecer que a universalização dos serviços de água e esgoto integra uma *estratégia central de descarbonização*.

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change*, "IPCC"), os sistemas de tratamento de águas residuais e resíduos orgânicos são responsáveis por aproximadamente 3% das emissões globais de metano — um gás com potencial de aquecimento mais de 80 vezes superior ao CO₂ no curto prazo (IPCC, AR6, 2021). Essas emissões decorrem majoritariamente da decomposição anaeróbica de matéria orgânica em estações de tratamento e da destinação inadequada de esgotos e resíduos.

Apesar desses impactos, o setor de saneamento também oferece *grande potencial de mitigação*. Tecnologias já disponíveis permitem a captura e reaproveitamento de biogás, a produção de biofertilizantes e o uso de lodo tratado como insumo energético ou agrícola. De acordo com a *International Water Association* (IWA, 2021)², é possível converter estações de tratamento em sistemas de *"energia líquida positiva"*, ou seja, que geram mais energia do que consomem — especialmente quando integradas à digestão anaeróbica e ao aproveitamento de calor residual.

Complementarmente, soluções baseadas na natureza (SbN), como wetlands construídos, recomposição de vegetação ciliar e restauração de áreas de mananciais, combinam *benefícios hidrológicos e climáticos*. Estudos mostram que zonas úmidas naturais ou restauradas funcionam como sumidouros de carbono, acumulando matéria orgânica e fixando CO₂ no solo (Moomaw et al., 2018, *Frontiers in Environmental Science*)³. Com isso, o saneamento passa a desempenhar um papel relevante em estratégias territoriais de mitiga-

² IWA, *Climate Smart Utilities*.

³ Lemos, C., & Porto, M. (2019). Greenhouse gas emissions from wastewater treatment plants: A review of mitigation strategies.

ção e adaptação às mudanças do clima.

No contexto brasileiro, a meta de universalizar o saneamento até 2033, estabelecida pelo novo marco legal (Lei nº 14.026/2020), representa não apenas um avanço social, mas também uma *janela estratégica para alinhar o setor às metas climáticas nacionais perante o Acordo de Paris da ONU (Contribuições Nacionalmente Determinadas, "NDCs")*. Para tanto, é necessário incorporar diretrizes de descarbonização nos planos de resíduos, água e esgoto, assim como promover *inovação regulatória e financeira* — incluindo potencialmente o uso de instrumentos como créditos de carbono por metano evitado ou financiamentos verdes.



Essa conexão entre universalização e descarbonização torna-se ainda mais urgente diante do déficit atual. Segundo dados de 2022, apenas *56%⁴ da população brasileira tinha acesso à coleta de esgoto, e pouco mais da metade desse volume, 52,2%⁵, era tratado*. Esses números revelam o longo caminho a ser percorrido, especialmente em regiões mais vulneráveis, que concentram tanto a carência de infraestrutura quanto a exposição a eventos extremos como enchentes, contaminações hídricas e surtos de doenças.

Investir em saneamento com uma visão climática e integradora, portanto, *não apenas reduz desigualdades, como também fortalece a resiliência das comunidades e amplifica os impactos positivos da transição ecológica*. O setor de saneamento, longe de ser apenas um consumidor passivo de políticas climáticas, tem potencial para se tornar um *motor estruturante da descarbonização e da justiça climática*, especialmente quando articulado à bioeconomia, à infraestrutura verde e ao planejamento urbano sustentável.

⁴ Brasil61. (2024, March 21). Saneamento básico: Brasil evolui apenas 0,2% no serviço de coleta de esgoto.

⁵ Saneamento Hoje. (2024). Ranking do Saneamento 2024.

Nosso investimento na SABESP

Os três primeiros investimentos do nosso fundo focam em setores muito representativos do ponto de vista de emissões de gases de efeito estufa, espelhando a matriz de emissões brasileira. SLC Agrícola, Marfrig e Banco do Brasil operam em setores diretamente conectados a atividades agropecuárias e de uso da terra. Para os investimentos subsequentes, levamos em consideração ou setores de difícil descarbonização, ou setores que, embora não contribuam tanto para as emissões totais do país, compreendem empresas com significativos níveis de emissões de GEE anuais — e assim são qualificadas como "carbon majors" dentro da metodologia do CTF⁶.

O setor de saneamento segue essa lógica. O setor de resíduos é responsável por 4,5%⁷ das emissões totais no país, dos quais 28%⁸ são originadas pelo tratamento de esgoto. A SABESP emitiu em 2023 mais de 2,2 milhões tCO₂e⁹, o que a coloca entre as empresas que mais emitem gases de efeito estufa no país. Ainda que seja um setor pouco explorado no que diz respeito à capacidade de descarbonização, a implementação do marco regulatório do saneamento traz a obrigatoriedade da universalização do serviço de tratamento e abastecimento de água, que é um vetor importante de mitigação.

A SABESP é a segunda maior empresa de saneamento do mundo, responsável pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de 375 municípios do Estado de São Paulo, atendendo cerca de 28 milhões de pessoas. Após o processo de privatização, concluído em julho de 2024, a companhia formalizou o comprometimento para acelerar investimentos, melhorar a eficiência e ampliar a cobertura dos serviços de saneamento, o que está alinhado a um processo de descarbonização.

A companhia se comprometeu a investir R\$70 bilhões até 2029 para cumprir o compromisso de universalização do contrato de concessão — que foi antecipado em 4 anos em relação à determinação do marco regulatório — e R\$260 bilhões até 2060.

O novo formato desse contrato de concessão — assinado justamente com a privatização — contempla metas obrigatórias de universalização, metas de eficiência (i.e., redução de

⁶ Empresas que emitem mais de 1 milhão de toneladas de CO₂ eq por ano, considerando emissões diretas e indiretas.

⁷ iCare Brasil. (n.d.). *A descarbonização do setor de saneamento*.

⁸ Liberal Amazon. (2024, abril 12). *Emissões do Brasil têm maior alta em 19 anos*.

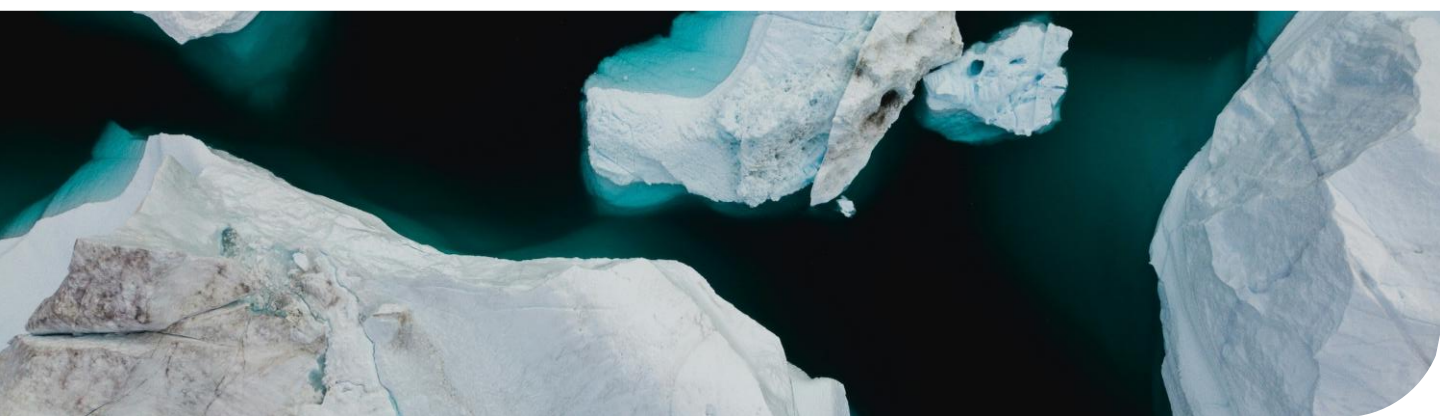
⁹ SABESP. (2024). *Relatório de Avaliação - Ações Verdes B3*.

perdas, aumento de produtividade e melhoria de qualidade), e sistema de revisão tarifária com compartilhamento de ganhos. Na prática, o contrato foi estruturado para garantir que parte das sinergias e ganhos de eficiência obtidos pela empresa privada sejam revertidos em tarifas mais baixas para os consumidores.

Com a privatização, a SABESP assume uma posição privilegiada no mercado de saneamento. A companhia, que já contava com indicadores técnicos avançados, agora reforça sua estrutura voltada à implementação de tecnologias de ponta no tratamento de água e esgoto. O novo contrato de concessão amplia significativamente seu campo de atuação, permitindo à empresa explorar oportunidades de crescimento inorgânico — algo que era limitado sob o modelo estatal anterior. Além disso, seu porte e escala incomparáveis favorecem a captura de economias operacionais relevantes, sustentando um plano de expansão eficiente e competitivo.

Além da robustez operacional, *acreditamos que a SABESP está bem-posicionada para liderar a agenda de descarbonização no setor, que pode passar por vários caminhos.*

Um estudo da Nature¹⁰ mostra uma solução prática e econômica para transformar o lodo de esgoto em dois produtos úteis: *hidrogênio limpo e proteína rica em nutrientes*, que pode ser usada como ração. O processo usa energia solar e combina etapas simples de trituração, tratamento com produtos químicos baratos e uso de microrganismos. Isso permite aproveitar quase toda a matéria orgânica do lodo e ainda remover metais pesados de forma segura.



[Imagem via Unsplash](#)

¹⁰ Nature. (2024). Wastewater treatment for a circular economy. *Nature Water*, 2, 618–620.

Além de ser eficiente, *essa tecnologia reduz em mais de 99% as emissões de gases poluentes e o consumo de energia*, quando comparada com métodos tradicionais como a incineração ou digestão anaeróbica. Também se destaca por funcionar diretamente com energia solar, sem precisar estar ligada à rede elétrica. Com a queda no custo da energia renovável, essa proposta se torna uma forma sustentável e acessível de tratar resíduos, gerar energia limpa e produzir alimentos. O estudo estima que, com eletricidade renovável a preços reduzidos (por volta de US\$ 14/MWh, como já ocorre em países da União Europeia), o custo da proteína produzida pode ser competitivo com o da ração tradicional, com retorno financeiro elevado — até 70% do carbono orgânico é convertido em produto vendável e o hidrogênio gerado pode atingir eficiência de conversão de 10% da energia solar.

Outras alternativas viáveis também apresentam forte potencial de retorno. A *captura de biometano*¹¹ em sistemas de digestão anaeróbica, por exemplo, pode gerar até 250 Nm³ de biogás por tonelada de lodo seco, o que equivale a cerca de 1.500 kWh¹² de energia térmica ou elétrica. A *produção de biomassa* pode gerar insumos para fertilizantes ou ração com valor de mercado superior a US\$ 300 por tonelada¹³. Já o *biochar*, resultante da pirólise do lodo, pode ser comercializado por US\$ 200 a US\$ 600 por tonelada¹⁴, além de gerar créditos de carbono por armazenar CO₂ no solo. *Com políticas de incentivo e mercados de carbono mais desenvolvidos, essas soluções podem tornar-se ainda mais lucrativas.*

No contexto de universalização do saneamento, a SABESP tem um papel relevante na mitigação de gases de efeito estufa especialmente por meio da ampliação da coleta e do tratamento de esgoto. Sem o tratamento adequado, o esgoto – em particular o lodo gerado – pode emitir grandes volumes de metano, um GEE com potencial de aquecimento global muito superior ao do CO₂. Em um cenário sem a universalização, mantendo a infraestrutura e níveis de tratamento de 2022, a SABESP contribuiria com a emissão de 5,8 milhões de toneladas de CO₂e entre 2023 e 2029 e outros 22,3 milhões de toneladas de CO₂e entre 2030 e 2050. *Já com a universalização, os níveis de emissão seriam de 1,5 milhões de toneladas de CO₂e de 2023 a 2029 e 1,3 milhões de toneladas de CO₂e de 2030 a 2050, ou seja, 75% e 94% de emissões evitadas, respectivamente*¹⁵.

¹¹ Appels et al. (2008), Renewable and Sustainable Energy Reviews.

¹² WRAP UK (Waste & Resources Action Programme) — Energy from Waste reports.

¹³ Razon & Tan (2011), Applied Energy — estudo sobre biomassa de microalgas.

¹⁴ Lehmann & Joseph (2015), Biochar for Environmental Management.

¹⁵ Sabesp. (2024). Relatório de Sustentabilidade 2024.

Diante desse contexto, acreditamos que *a SABESP reúne características únicas para se tornar protagonista na transição climática do setor de saneamento*. Sua escala, compromisso com metas de universalização e eficiência, e novo modelo de governança proporcionam as bases para a adoção de tecnologias inovadoras de baixo carbono, com potencial relevante de retorno financeiro. O setor, historicamente negligenciado em estratégias de mitigação, passa a representar uma fronteira atrativa de investimento climático, com oportunidades de monetização via hidrogênio verde, subprodutos proteicos, créditos de carbono e geração de energia renovável a partir de resíduos.

Assim, a alocação em SABESP reforça nossa tese de que é possível investir de forma alinhada à descarbonização da economia brasileira, inclusive em setores tradicionalmente fora do radar climático, mas com alto potencial de transformação.

Além disso, *a atividade-fim da SABESP de promover acesso a água tratada e saneamento básico é essencial para assegurar as condições de adaptação e resiliência climática* – sobretudo das cidades – em um cenário de aumento de temperaturas e riscos de escassez hídrica, ondas de calor e eventos climáticos extremos. Ao garantir abastecimento de água e infraestrutura de saneamento para comunidades marginalizadas, a SABESP também contribui para *reduzir situações de vulnerabilidade social* que são e serão ainda mais agravadas pela crise climática. Por esse motivo, a atuação da companhia está claramente associada à promoção de *justiça climática*, e sua capacidade de exercer esse papel será testada e ampliada no contexto da universalização do serviço e da contenção dos impactos físicos da mudança do clima nos territórios dentro da sua área de operação.

Nosso Plano de Ação Climática e o engajamento com a SABESP

As primeiras abordagens de engajamento com a companhia se deram em outubro de 2024 e avançaram com o time de Sustentabilidade, em torno da nova Estratégia de Sustentabilidade da companhia - ancorada em quatro pilares de atuação:

1. Universalização do acesso à água e ao esgoto;
2. Proteção e gestão eficiente de recursos naturais;
3. Segurança e resiliência hídrica; e
4. Relações saudáveis com stakeholders estratégicos.

A companhia entendeu rapidamente o modelo de engajamento proposto pelo Fundo e enxergou grande valor na parceria, identificando diversas oportunidades de apoio técnico e recomendações que o Fundo pode prover para ajudar em seus desafios de avançar a agenda de mudanças climáticas dentro da SABESP.

Reforçando o caráter colaborativo que tem pautado a abordagem de engajamento do Fundo com todas as suas investidas, a interação com a SABESP tem sido muito fluida e bilateral. Resultado disso foi o alinhamento conjunto de um Plano de Ação Climático dividido em 4 pilares, o último deles inclusive tendo sido uma sugestão da própria companhia:

- *Estratégia climática e transparência:* apoiar a companhia na transparência e no desenvolvimento de uma estratégia climática abrangente, incluindo componentes de mitigação e adaptação, e eventual compromisso com metas e com um plano de transição climático.
- *Mitigação de emissões de GEE:* dar suporte ao planejamento de ações de mitigação de emissões de GEE com o objetivo de atingir neutralidade de emissões na operação, inclusive identificando-se oportunidades de receitas adicionais nas reduções e remoções de emissões relacionadas a ativos da empresa.

- *Posicionamento de mercado*: contribuir para posicionar a companhia no mercado como referência em infraestrutura de saneamento resiliente às mudanças climáticas e com baixas emissões de GEE, e também como promotora de resultados de mitigação e adaptação climática para a sociedade, um objetivo estratégico do negócio alinhado aos seus desafios de universalização.
- *Justiça climática*: fortalecer e orientar a incidência da companhia com stakeholders e grupos vulnerabilizados para mitigar riscos climáticos relacionados ao abastecimento de água e ao saneamento básico.

Tal como tem sido conduzido com os demais investimentos do CTF, as discussões com a SABESP foram organizadas em grupos de trabalho (GTs) - um para cada dos quatro pilares do plano de ação climático acordado. Nesse contexto, cabe ressaltar que a SABESP é uma das poucas empresas do mundo a estabelecer uma parceria contratual com a Convenção do Clima da ONU (United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC) para apoiar o seu Secretariado na agenda de adaptação climática, em particular no contexto da iniciativa “Fronteiras de Resiliência”. Outras empresas com parcerias similares incluem Microsoft, Adidas e 3M. Por meio de nosso engajamento, pretendemos ajudar a fortalecer essa parceria de alto nível e o papel de destaque da SABESP como benchmark internacional entre os negócios promotores de mitigação e adaptação climática no setor de saneamento.

Na primeira fase do engajamento, as interações têm por objetivo identificar gargalos e pontos de apoio do time do CTF. Após esse mapeamento, busca-se definir ações individuais e conjuntas entre a companhia e o fundo. Na terceira fase, as ações serão implementadas e monitoradas.

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Nenhum fundo conta com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a fama re.capital ou com a Administradora do fundo. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses.